

**EDITAL 02/2019 – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**  
**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO/ INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E**  
**TECNOLOGIA DE GOIÁS/ CÂMPUS APARECIDA DE GOIÂNIA**

**Edital de recadastramento dos Programas de Assistência Estudantil.**

**1. ABERTURA**

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), por meio do câmpus Aparecida de Goiânia e considerando o que dispõe o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, a Resolução CONSUP/IFG de nº 008 de 22 de fevereiro de 2016 e o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2022, torna público o Edital de recadastramento dos estudantes atendidos pelos Programas de Assistência Estudantil durante o ano de 2019.

**2. OBJETIVO**

Recadastrar os estudantes do IFG participantes dos Programas de Auxílio Financeiro da Assistência Estudantil concedidos por Edital durante o ano de 2019, com vistas à possibilidade de manutenção do atendimento no ano de 2020.

**3. DO PÚBLICO**

3.1 Todos os estudantes participantes dos Programas de Auxílio Financeiro da Assistência Estudantis concedidos por meio do Edital nº 001/2019 – PROEX/IFG/APARECIDA DE GOIÂNIA poderão participar desse edital de recadastramento;

3.2 Os estudantes interessados no recadastramento da sua participação nos Programas de Auxílio Financeiro da Assistência Estudantil deverão atualizar seus dados socioeconômicos no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e entregar a Declaração Socioeconômica conforme o modelo em Anexo;

3.3 Para permanecer recebendo/renovar a participação nos Programas de Assistência Estudantil durante o ano de 2020, o estudante deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) estar regularmente matriculado em curso Técnico Integrado ao Ensino Médio, Técnico Subsequente ou Graduação (licenciatura, bacharelado e tecnológico);
- b) apresentar renda familiar bruta per capita de até um salário mínimo e meio vigente no país;
- c) se comprometer em manter frequência mensal superior ou igual a 75% nas disciplinas matriculadas a cada semestre. Ou em caso de frequência inferior a 75%, apresentar a justificativa;
- d) estar adimplente com a Coordenação de Assistência Estudantil do câmpus;
- e) atender ao disposto na Política de Assistência Estudantil do IFG - Resolução CONSUP/IFG de nº 008 de 22 de fevereiro de 2016 e Instrução Normativa nº 03/2019/PROEX/IFG;

3.4 Este edital não contempla os estudantes que participaram durante o ano de 2019 dos Programas Integrado Integral Alimentação e EJA Permanência.

#### **4. DAS VAGAS**

4.1 Todos (as) os estudantes que atualizarem seus dados de inscrição no Sistema Unificado de Administração Pública, dentro do prazo e entregarem a Declaração Socioeconômica (modelo em anexo), farão jus à participação no mesmo Programa de Auxílio Financeiro de Assistência Estudantil ao(s) qual (is) participaram durante o ano de 2019, **desde que haja disponibilidade orçamentária para este fim;**

#### **5. DOS PROGRAMAS**

5.1 Este processo seletivo compreende a concessão dos Programas de Auxílio Financeiro de Assistência Estudantil previstos na tabela abaixo:

<b>PROGRAMA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>NÚMERO DE PARCELAS</b>	<b>VALOR</b>
Auxílio Moradia	Destinado, exclusivamente, aos estudantes de cursos presenciais em situação de vulnerabilidade social, com matrícula e frequência regular, oriundos de	12 (doze)	R\$ 240,00

	outros municípios, estados ou regiões fora da localização do Câmpus, que não residem com a família nem possuem imóveis na zona urbana, na garantia de manutenção de moradia no município onde se localiza o Instituto Federal de Goiás.	parcelas	
Auxílio Permanência	Destinado a atender necessidades sociais básicas que interfiram na permanência e manutenção dos estudantes dos Cursos Presenciais, viabilizando a permanência e êxito no processo formativo.	9 (nove) parcelas	R\$ 120,00
Auxílio Transporte	Destinado aos estudantes de cursos presenciais em situação de vulnerabilidade social, com matrícula e frequência regular, que necessitem de auxílio financeiro para viabilizar o deslocamento da sua residência para os Câmpus e retorno à residência.	9 (nove) parcelas	R\$ 120,00
Restaurante Estudantil para o ensino superior	Destinado a prestar atendimento por meio da distribuição de refeições balanceadas e de qualidade.	Forma de atendimento: O atendimento variará em relação ao turno de funcionamento dos cursos: 1) Estudantes em situação de vulnerabilidade social matriculados nos cursos	

		<p>noturnos poderão ter acesso ao lanche noturno; 2) Estudantes em situação de vulnerabilidade social poderão ter o acesso ao café da manhã, almoço e lanche noturno, conforme parecer da (o) assistente social.</p>
--	--	--

**OBS:** Em período de greve, férias ou recesso acadêmico o auxílio transporte será ofertado proporcionalmente aos dias letivos do mês considerado. As demais modalidades de auxílios, por ter caráter de permanência, serão pagas integralmente respeitando o número de parcelas previstas para o ano.

## **6. DO PROCESSO DE RECADASTRAMENTO**

6.1 Os estudantes atendidos pelos Programas de Auxílio Financeiro da Assistência Estudantil concedidos por meio do Edital nº 02/2019/PROEX/IFG/APARECIDA DE GOIÂNIA serão recadastrados para possibilidade de serem atendidos no ano de 2020;

6.2 Para participarem do recadastramento, o estudante deverá atualizar seus dados de inscrição no SUAP e entregar a Declaração Socioeconômica conforme o modelo em Anexo, no prazo informado no item 7.

6.3 Caso seja necessário, a (o) Assistente Social poderá solicitar, a qualquer momento, demais documentações para comprovação socioeconômica do (a) estudante;

6.4 Em caso de mudança do grupo familiar e da situação socioeconômica da família, é necessário apresentar documentação que expresse essa nova realidade;

6.5 É de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) e do (a) responsável, no caso de menor de idade, as informações prestadas no ato de atualização dos dados socioeconômicos no SUAP.

## 7. DO CRONOGRAMA

Item	Etapas	Datas
01	Período de atualização dos dados socioeconômicos pelo site <a href="http://suap.ifq.edu.br">http://suap.ifq.edu.br</a> , no Link <i>Atividades estudantis/Serviço Social/Programas/Inscrições</i>	11/11/2019 a 25/11/2019
02	Entrega de declaração socioeconômica (Anexo I) na CAE Horários:(8h as 12h de segunda a quinta) e ( 18h as 20h seg., ter. e quarta).	11/11/2019 a 25/11/2019
03	Divulgação do resultado – Listagem com os nomes dos estudantes recredenciados.	02/12/2019

## 8. DA SUSPENSÃO / CANCELAMENTO DO AUXÍLIO

8.1 O (a) estudante (a) terá o auxílio cancelado nos casos de:

- a) Afastar-se da instituição sem aviso prévio (abandonar o curso);
- b) Concluir o curso;
- c) Trancar ou cancelar matrícula;
- d) Ter frequência abaixo de 75% sem apresentar justificativa;
- e) Solicitar desistência do (s) auxílio (s) por vontade expressa formalmente pelo estudante ou representante legal em caso de adolescentes;
- f) Mudança de situação socioeconômica no decorrer do período de concessão do auxílio, ultrapassando a renda familiar per capita de um salário mínimo e meio;
- g) Omitir ou fraudar informações em qualquer fase do processo;
- h) O cancelamento por omissão ou falde pode ser realizado a qualquer momento no decorrer do ano mediante avaliação do (a) Assistente Social.

8.2 O auxílio não será suspenso/cancelado se o estudante estiver em atendimento domiciliar referente a atividade acadêmica. Este atendimento tem que ser formalizado via Protocolo e encaminhado a CAE.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1 Cabe à Direção Geral do Câmpus, juntamente com a Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (GEPEX) e a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), a responsabilidade de zelar pela lisura deste edital, providenciar e coordenar as ações inerentes à sua execução podendo utilizar-se de todos os meios admitidos em direito para a sua garantia;

9.2 Em caso de dúvida em alguma etapa do Processo Seletivo, o (a) estudante (a) deverá se dirigir à CAE do Câmpus, a fim de dirimi-la;

9.3 Os casos omissos serão julgados pela Diretoria Geral, juntamente com a GEPEX e CAE do Câmpus e, se for o caso, sob orientação da Pró-Reitoria de Extensão.

Aparecida de Goiânia, 01 /novembro /2019.

Diretor (a) Geral

**Daniel Barbosa Silva**

Pró-Reitor de Extensão

## ANEXO I

### DECLARAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Eu, \_\_\_\_\_ (candidato/a)  
\_\_\_\_\_, inscrito (a) no RG sob o  
nº \_\_\_\_\_, expedido pelo (a) \_\_\_\_\_, CPF  
nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado (a) na  
\_\_\_\_\_,  
cidade \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_. DECLARO, nos termos da Lei 7.115,  
de 29 de agosto de 1983\* junto à instituição de ensino \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Câmpus \_\_\_\_\_, que o grupo familiar e/ou condição  
que originou o benefício para 2019 não sofreu qualquer alteração, atendendo assim aos critérios de  
renda per capita estabelecidos na Lei nº 12.101\*\*, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo  
Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, limitando-se a:

( ) Até 1 ½ (um salário mínimo e meio) por pessoa

DECLARO estar ciente que serão concedidas somente os auxílios que recebi no ano de 2019 e que esta concessão está atrelada a disponibilidade orçamentária.

Neste mesmo ato, comprometo-me a comunicar à instituição de ensino acima mencionada, qualquer alteração referente às informações prestadas nesta declaração, e apresentar a respectiva documentação comprobatória.

Nos termos da Lei nº 7.115/83\*, que dispõe sobre a prova documental, DECLARO verdadeiras todas as informações prestadas por ocasião do presente processo seletivo do edital XX/XXXX que trata da **Chamada para cadastramento de estudantes beneficiários dos Programas de Assistência Estudantil**, seja na inscrição e nesta declaração, bem como estar ciente de que a falsidade das declarações firmadas ensejará a responsabilização legal prevista no art. 15, §1º, da Lei nº 12.101/2009\*\* e Decreto nº 8.242/2014, sem prejuízo da sanção penal aplicável ao crime de falsidade ideológica, de acordo com o art. 299 do Código Penal\*\*\*, além de acarretar o imediato cancelamento do benefício ofertado em razão Programa de Auxílio Financeiro Estudantil destinado a estudante em situação de vulnerabilidade social, ao candidato(a):

\_\_\_\_\_  
Aparecida de Goiânia, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Candidato/Responsável Legal)

(\*)LEI 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983 Art. 1º. A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da lei, presume-se verdadeira. Parágrafo Único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal. Art. 2º. Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável. Art. 3º. A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

(\*\*) LEI 12.101, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2009 Art. 15. Para fins da certificação a que se refere esta Lei, o aluno a ser beneficiado será pré-selecionado pelo perfil socioeconômico e, cumulativamente, por outros critérios definidos pelo Ministério da Educação. § 1º Os alunos beneficiários das bolsas de estudo de que trata esta Lei ou seus pais ou responsáveis, quando for o caso, respondem legalmente pela veracidade e autenticidade das informações socioeconômicas por eles prestadas. § 3º As bolsas de estudo poderão ser canceladas a qualquer tempo, em caso de constatação de falsidade da informação prestada pelo bolsista ou seu responsável, ou de inidoneidade de documento apresentado, sem prejuízo das demais sanções cíveis e penais cabíveis.

(\*\*\*) ART. 299, CÓDIGO PENAL BRASILEIRO Art. 299. Omitir em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena. Reclusão, de 01 (um) a 05 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de 01 (um) a 03 (três) anos e multa, se o documento é particular. Parágrafo Único. Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.